

GAZETA MERCANTIL

Segunda-feira, 7 de novembro de 1994

FHC

Pelas informações colhidas durante a visita feita pelo presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, aos países do Mercosul, pode-se concluir que, pelo menos em um primeiro momento, as iniciativas de política externa do futuro governo, em uma esfera mais ampla, serão balizadas pelos avanços do programa interno de estabilização.

Essa postura inicial é perfeitamente compreensível não apenas pela atenção que requerem as reformas que o governo precisa empreender, logo no primeiro ano de seu mandato. E evidente que, com a reformulação do aparelho de Estado, com a contenção da inflação e com a adoção de uma política de desenvolvimento econômico socialmente orientada, a posição do Brasil nos foros internacionais será sensivelmente fortalecida, dando mais respaldo e projeção a seus pleitos.

Isso não exclui uma ação diplomática mais intensa no plano regional e, diríamos, até hemisférico. É significativo que, depois de sua viagem informal à Rússia, à Hungria e à República Checa, o presidente eleito, expli-

citamente nessa condição, tenha visitado primeiro a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Visivelmente, ele procurou assim demonstrar aos parceiros do Mercosul a ênfase que seu governo dará à evolução do bloco, a caminho de constituir uma união aduaneira, como plataforma para a maior inserção desta parte do continente na economia global.

Prudente, Fernando Henrique procurou transmitir a idéia de que não há rigidez de escolhas na trajetória do Mercosul de ora em diante, que depende da convergência de interesses. Mas não se afastou da linha defendida pelo Brasil para alargamento do bloco, salientando a importância da inclusão do Chile para formar "um centro de gravidade no Cone Sul da América". Como irá progredir o projeto de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) é ainda uma questão em aberto, mas ficou claro que a preferência do Brasil recai sobre a interconexão entre zo-

nas de livre comércio, o que não impede acordos bilaterais, se servirem ao objetivo maior.

A partir desse entendimento constante e mais estreito com os nossos vizinhos economicamente mais próximos, o presidente eleito lançou a idéia de ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Desde que o México ingressou naquela organização, com a credencial que lhe forneceu o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), a Argentina e o Chile têm pleiteado também o seu ingresso. Com a economia estabilizada, o Brasil pode fazer o mesmo, sem que isso interfira com as pretensões dos parceiros.

Essa possibilidade, aparentemente mais viável, retira a urgência da candidatura do Brasil a um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU, igualmente desejado pela Argentina. Se o passaporte para a OCDE significaria um reconhecimento de que o

País, como alguns de seus vizinhos, se alça aos padrões de mercado dos países desenvolvidos, a participação permanente no Conselho de Segurança envolve uma complexa questão política.

Trata-se de passar a limpo, em vista da realidade mundial das últimas décadas, uma decisão tomada no calor da vitória dos países aliados na Segunda Grande Guerra. A Alemanha e o Japão, com todo o seu potencial econômico, não participam do Conselho de Segurança e outros países como a Índia, o Brasil e a Argentina se julgam no direito também a uma vaga, dado o seu peso específico na ordem mundial. Está certo, portanto, o presidente eleito, não negando a validade de nenhuma candidatura, em adiar o pleito por parte do Brasil para quando houver uma reforma da Carta da ONU. E, para maior credibilidade dos países aspirantes, a adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) só ajudaria.

Percebe-se que, embora a política diplomática do próximo governo ainda esteja sendo esboçada, ela busca uma maior sinergia do Brasil, agregado a seu bloco, com a evolução dos grandes países industrializados.